Meio: Cointelegraph
Data: 29-01-2018

Por **Selva Ozelli** 15 HOURS AGO

Por que os portugueses estão cada vez mais entusiasmados com a negociação de criptomoedas: Expert Blog

437 Vistas totais **735** Participações totais

O diretor do banco central de portugal, Hélder Rosalino, disse que não considera a criptomoeda como uma moeda ou moeda legal e insinuou que o banco central de Portugal tem uma posição similar.

Seus pontos de vista estão em linha com muitos países em todo o mundo, incluindo os EUA, onde "uma criptomoeda não tem status de moeda legal em qualquer jurisdição".

O ministro das finanças de Portugal, Mario Centano, que também é o presidente do Eurogrupo, disse em Dezembro passado que ele está olhando para a orientação regulatória européia sobre as criptomoedas, uma vez que eles estão "supervisionando o panorama geral". O Eurogrupo é um grupo de dezenove ministros das finanças dos países da UE, que se reencontram uma vez por mês para falar sobre as principais políticas econômicas e monetárias implementadas em toda a UE. Os ministros das finanças da França, Alemanha e Reino Unido propuseram que o regulamento de criptomoedas fosse coordenado a nível global, com as discussões no centro da próxima reunião do G20 em Buenos Aires, Argentina. [Nbsp]

O efeito Ripple nas transações bancárias

À medida que os reguladores bancários e financeiros portugueses sugerem e buscam uma solução regulamentadora coordenada para as criptomoedas - a extrema volatilidade dos preços junto com as flutuações dos preços do tsunami tem assustado os bancos portugueses de maneira sem fim. [Nbsp]

Quando em Dezembro de 2017 o preço do Bitcoin subiu 100% para $20 mil e, em seguida, despenca 50% em valor, diminuindo os preços de todas as outras criptomoedas, o Banco Santander-Portugal, o quarto maior banco português, encerrou as atividades de negociação de criptomoedas de seus clientes.

Como resultado, mais de 1.000 de seus clientes assinaram uma petição afirmando que o banco estava se desviando da tendência de inovação financeira e estava ignorando a mudança tecnológica desencadeada para a tecnologia Blockchain em todo o mundo. Alguns clientes chegaram a apresentar queixas junto à DECO, organização de defesa do consumidor do país.

Esconder a pressão do cliente depois de admitir que o Grupo Santander começou a usar a tecnologia Blockchain no quarto trimestre de 2017 para reduzir custos e tornar as transações transfronteiriças mais eficientes, o Banco Santander-Portugal mudou sua política de fechar os negócios de criptocirurgia transfronteiriça do cliente em exchanges (casas de câmbio digital) estrangeiras de criptomoedas, como a Bitstamp com sede em Luxemburgo e a Coinbase com base nos EUA.

"Estamos empenhados em criar um importante ecossistema de pagamento Blockchain internacional que ofereça oportunidades significativas para pagamentos transfronteiriços globalmente", explicou José Luis Calderón, chefe global da Santander global transaction banking. O Banco Santander do Reino Unido começou a trabalhar com a American Express e a rede Ripple, para permitir que os clientes empresariais norte-americanos da American Express efetuassem pagamentos sem cartão instantâneos instantâneos e rastreáveis usando a rede Blockchain - RippleNet - para o Banco Santander-Reino Unido.

"Estamos dando um enorme passo em frente com a American Express e o Santander para resolver os problemas que os clientes experimentam com os pagamentos globais transfronteiriços lentos", revelou Brad Garlinghouse, CEO da Ripple. A RippleNet fornece acesso opcional ao Ripple (XRP), que a partir de 28 de Janeiro, era a terceira maior criptomoeda em capitalização de mercado, após o Bitcoin e o Ethereum.

Lançado em 2012, o Ripple pretende permitir "transações financeiras globais seguras, instantâneas e quase gratuitas de qualquer tamanho sem rejeições". Ele suporta tokens representando moeda fiat, criptomoeda, commodities ou qualquer outra unidade de valor, como milhas de vôos frequentes ou minutos em dispositivos móveis.

Atualmente, Ripple requer duas etapas para uma transação ocorrer: uma instituição financeira regulamentadora "detém fundos e saldos em nome de clientes", enquanto os "criadores de mercado", como hedge funds ou mesas de negociação de moeda, fornecem liquidez na moeda em que desejam trocar. Além do Banco Santander, mais de 100 bancos e redes de pagamento adotaram a RippleNet como uma tecnologia de infra-estrutura de liquidação.

Nenhuma tributação de renda pessoal de ganhos de criptomoedas

Como o banco Santander-Portugal começou a reafirmar a capacidade dos clientes de negociar transfronteiras em casas de câmbio digital estrangeiras de criptomoedas, mais boas notícias chegaram.

A tributação da renda pessoal não se aplica aos ganhos de criptomoedas em Portugal. "Uma recente decisão vinculativa da administração fiscal portuguesa diz que os ganhos com a venda de criptomoedas não são tributados em Portugal, a menos que o contribuinte individual exerça uma atividade profissional e ganhe o referido rendimento nesse contexto (lucro). A administração fiscal reconhece que essa venda não é tributável como renda pessoal, particularmente como renda do capital ou ganhos de capital. Assim, a menos que o contribuinte individual exerça uma negociação ou negócio ativo em relação a criptomoeda, o resultado da venda ou compra de moedas virtuais não está sujeito a imposto no contexto do código do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (PIT),disse Rogerio Fernandes Ferreira, principal parceiro fiscal no escritório de advocacia internacional Rogerio Fernandes Ferreira & Associados.

A tributação só pode ocorrer quando sua regularidade constitui uma atividade comercial ou profissional para o contribuinte.

"Portugal não cobra um" imposto transfronteiriço ", além de ou como alternativa ao imposto sobre o rendimento das pessoas físicas", acrescentou Ferreira

No entanto, uma vez que os contribuintes portugueses individuais podem realizar transações transfronteiriças de criptomoedas em uma exchange estrangeira - eles podem estar sujeitos a cobranças transfronteiriças impostas por um país estrangeiro que podem ser minimizados ou eliminados ao abrigo de um tratado de imposto de renda.

Recentemente, a Comissão da UE preparou um projeto de legislação fiscal sobre a economia digital, que exige a formulação de uma proposta adequada, com cooperação com a organização de cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) e outros parceiros internacionais. Enquanto a associação portuguesa de proteção ao consumidor, a DECO, apelou ao ministério das finanças e ao comissário europeu responsável pela defesa do consumidor, propondo que os ganhos individuais de criptomoedas em Portugal fossem tributados da mesma forma que os estoques.

A proposta de imposto da DECO tem semelhanças com o método no qual o serviço de receita federal dos EUA (IRS) tributa ganhos de moedas digitais. O IRS caracteriza criptomoedas como propriedade . Isso significa que, sempre que uma criptomoeda é transferida, pode desencadear um ganho, sujeito à tributação dos EUA. Uma moeda digital mantida como um bem de capital por um contribuinte seria tributada como ganhos de capital. Uma criptomoeda mantida como estoque ou para revenda por um contribuinte seria tributada como receita ordinária. Se for usada como meio de pagamento, seria tratada como uma moeda, convertida em fiduciária pelo seu justo valor de mercado conforme divulgado em uma bolsa de criptomoedas e tributado como renda ordinária.

Uma vez que as criptomoedas são usadas em transações transfronteiriças, os ganhos das moedas digitais de fornecedores e contribuintes não residentes ou residentes nos Estados Unidos seriam sujeitos a um imposto retido na fonte que poderia ser reduzido ou eliminado ao abrigo de um tratado de imposto de renda. Para esses fins, as receitas relacionadas à criptomoedas negociadas na Internet seriam determinadas de acordo com as regras da fonte de comunicação internacional.

Em resumo, pode-se dizer que os contribuintes portugueses individuais que estão cada vez mais entusiasmados com o comércio de criptomoedas transfronteiras em casas de câmbio digital estrangeiras são obrigados a levar em consideração as leis tributárias em todas as jurisdições que comercializam e armazenam suas criptomoedas em carteiras estrangeiras seguras para evitar riscos de pirataria e ataques.

Selva Ozelli, Esq., CPA é uma advogada tributariata internacional e CPA que frequentemente escreve sobre questões fiscais, legais e contábeis para TaxNotes, Bloomberg BNA, outras publicações e para a OCDE .